

VISÃO DO CORREIO

Saúde do homem: a responsabilidade é de todos

Passado o Outubro Rosa, que se encerra hoje, entramos no Novembro Azul, que tornou-se, ao longo das últimas décadas, a principal campanha pública e privada de conscientização sobre o câncer de próstata. O objetivo é simples e urgente: reduzir mortes por meio da informação, do diagnóstico precoce e do aprimoramento do acesso ao tratamento. Por trás dos laços azuis existe uma realidade complexa — epidemiológica, social e política — que pede uma análise crítica.

No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer (INCa) estimou, recentemente, que o câncer de próstata permanece entre os tumores mais incidentes: na projeção para o triênio 2023-2025 são previstos cerca de 71 mil novos casos por ano, fazendo da doença uma das principais preocupações de saúde pública do país. Globalmente, levantamentos também apontam para um aumento no número absoluto de diagnósticos nas próximas décadas, motivado pelo envelhecimento populacional — com uma correspondente elevação nas mortes se medidas não forem adotadas.

O Sistema Único de Saúde (SUS) inclui alguns fluxos para investigação (como exames de PSA e toque retal), além da confirmação por biópsia. O Ministério da Saúde e o INCa orientam condutas diagnósticas e terapêuticas, contemplando cirurgia, radioterapia, hormonioterapia, quimioterapia em casos avançados e cuidados paliativos. No entanto, na prática, há uma variação regional tanto no tempo de espera para biópsia, quanto no acesso a ressonância magnética e fila para tratamento especializado, refletindo as desigualdades estruturais.

Entre os acertos, destacam-se a existência de diretrizes nacionais, os

programas de atenção oncológica e o caráter universal do SUS, que garante tratamento gratuito a pacientes oncológicos. Entre as falhas persistentes estão a subdetecção em regiões remotas, a demora no diagnóstico, a capacidade limitada para cirurgias e radioterapia em alguns estados e a ausência de programas dedicados ao paciente que reduzam o abandono terapêutico. A fragmentação entre atenção primária (onde o rastreamento deveria começar) e serviços especializados também dificulta a jornada do paciente.

No Congresso Nacional, há movimentação legislativa para ampliar visibilidade e ações sobre o tema: propostas recentes alteram dispositivos do Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata para disciplinar a divulgação e ampliar campanhas de prevenção e projetos na Câmara tratam de proteção laboral e de incentivos à detecção precoce, como, por exemplo, o PL 687/2024, que propõe medidas de divulgação e assistência. Essas iniciativas mostram avanço institucional, mas demandam operacionalização e orçamento.

Políticas públicas precisam, mais do que nunca, priorizar o fortalecimento da atenção primária para identificação e encaminhamento. É necessária a ampliação e a regionalização de equipes de urologia e aparelhos de imagem, assim como a adoção de protocolos de triagem por risco, para evitar tanto subdiagnóstico quanto sobrediagnóstico e tratamentos desnecessários.

Programas de educação voltados a homens, para enfrentar o estigma e masculinidades que inibem a procura por cuidados também são bem-vindos. Sem isso, aumentos projetados na carga global da doença poderão se traduzir em mais mortes evitáveis entre os brasileiros.



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

E os próximos passos?

A Operação Contenção, com 121 mortos e mais de 2,5 mil agentes envolvidos, é, sem dúvida alguma, um marco na política de segurança pública do Rio de Janeiro, quicá do país. A dimensão da ação, a mais letal da história, e a sofisticação bélica do crime organizado, que utilizou drones armados para atacar policiais, evidenciam que o Estado enfrenta um inimigo que não atua nas sombras, mas em campo aberto. A pergunta que se impõe, agora, é se o Brasil está prestes a declarar uma guerra formal às facções criminosas.

O enfrentamento ao crime organizado chegou a um ponto em que improvisos e operações esporádicas não bastam mais. A sociedade clama por ações concretas contra o PCC, Comando Vermelho e afins. Se a resposta do Estado for, de fato, uma guerra, ela precisará ser conduzida com estratégia, inteligência e coragem de enfrentar os custos humanos e políticos.

A megaoperação de terça-feira deu uma amostra do tamanho do desafio. O primeiro ponto é que as facções deixaram de ser organizações confinadas a comunidades para se tornarem redes nacionais. Entre os mortos e suspeitos presos, havia “aliados” de ao menos quatro unidades da Federação. Enquanto o Estado alterna entre políticas de enfrentamento e hesitação, os grupos criminosos operam com logística, tecnologia e disciplina militar. O uso de drones armados é o símbolo de um novo patamar de conflito urbano.

Esse avanço tecnológico, porém, revela não apenas a audácia do crime, mas

também o descompasso de um Estado que reage mais do que planeja. Historicamente, o Brasil trata a segurança pública como problema episódico: cada crise gera uma operação, cada operação produz manchetes — e, depois, o silêncio. A sucessão de confrontos letais no Rio mostra que as “operações de contenção” não contêm, apenas adiam. Falta um plano nacional de enfrentamento, que articule inteligência policial, controle de fronteiras, rastreamento financeiro e política social. Sem isso, o país continuará oscilando entre o espetáculo da repressão e a persistência da criminalidade.

Declarar “guerra” ao crime não é apenas uma metáfora. Um enfrentamento real implica em regras de engajamento claras, coordenação entre forças e redefinição de prioridades orçamentárias. As reações à megaoperação, por exemplo, dividiram o país: entre os que aplaudiram a ação policial como sinal de força e os que a denunciaram como tragédia.

É inegável que há momentos em que a força se impõe. As polícias agiram com coragem ao enfrentar um inimigo fortemente armado, e a morte de quatro agentes lembra o preço da missão. Mas, passados mais de dois dias da megaoperação, ainda precisamos de respostas do governo do Rio: quais os territórios foram retirados do Comando Vermelho e ocupados pela polícia? Quantos chefões estão presos? A facção perdeu força?

A coragem que o Brasil precisa não apenas é a de apertar o gatilho, mas a de sustentar políticas que devolvam ao cidadão o controle sobre a paz.



“Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”
Darcy Ribeiro

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Isaac Vilhena

Gostaríamos de expressar nossa mais sincera gratidão a toda a equipe do **Correio Braziliense** pela cobertura excepcional sobre a reportagem “Quebraram a vida do meu filho”, dizem pais de Isaac Vilhena” (edição de 29/10), bem como o vídeo publicado. A equipe demonstrou profissionalismo em cada etapa, desde a abordagem inicial até a edição e divulgação da matéria. O trabalho dos fotógrafos, equipe de filmagem, repórteres e editores foi fundamental para transmitir a história de forma impactante e responsável. Parabéns a todos os envolvidos pelo excelente trabalho! Ficamos imensamente satisfeitos com a abordagem e a sensibilidade demonstradas ao lidar com um tema tão delicado. A dedicação e o comprometimento da equipe em produzir uma reportagem de alta qualidade foram evidentes em cada detalhe. Muito obrigado por tudo!

» **Lucas Vilhena e Jane Vilhena**
Asa Sul

Rio de sangue

A ação do governo do Rio de Janeiro contra o crime organizado, neste outubro de 2025, com uma centena de cadáveres, desnuda as narrativas ideológicas delirantes que têm prevalecido na agenda política brasileira e expõe a verdadeira realidade da pátria, de forma nua, crua e brutal. Quem determina o destino de um povo é sempre a sua elite política, e esse incidente é o resultado concreto de gestão social produzida pelo nosso estamento dirigente. A reação esboçada? Criar uma CPI do crime organizado. Não! O que precisamos é de uma CPI do sistema político brasileiro que introduz incompetência e patrimonialismo nos Três Poderes da República. O crime não é causa, é consequência.

» **Rubi Rodrigues**
Octogonal

Prazer pelos livros

Quero saudar e cumprimentar a prezada colega, Sibele Negromonte, pela maravilhosa crônica publicada no **Correio Braziliense** (26/10), sob o título *O prazer pelos livros*. Parabéns! Eu me via ali. Tenho 82 anos e oito meses. Leio, com gosto, desde menino, em Mariana (MG), onde não

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Mais de 120 pessoas — boa parte jovens — foram mortas na operação contra o Comando Vermelho, e os líderes da organização criminoso sequer foram arranhados. Um plano perfeito, formulado pelo exímio governador bolsonarista Cláudio Castro.

José Paulo Oliveira — Vila Planalto

O governador do Rio de Janeiro só viu quatro ou cinco vítimas da tragédia na Zona Norte. Os mais de 100 mortos, a maioria jovens, não eram humanos. Então, pode meter bala.

Ricardo Martins — Taguatinga

Coincidência ou operação programada? A chacina no Rio de Janeiro ocorreu no retorno de Lula ao Brasil, depois dele se entender com Trump.

Mariia Oliveira — Asa Sul

O centenário de Tia Neiva é um chamado espiritual para quem ainda acredita na força do amor como caminho e uma lembrança de que o verdadeiro despertar começa pela escuta.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

Nesta sexta-feira (31), celebramos 508 anos da Reforma Protestante. Em 31 de outubro de 1517, uma nova história de fé começou a ser escrita. Atualmente, o acesso à *Bíblia* é muito mais fácil. E esse é, sem dúvida, um legado eterno da Reforma Protestante para a humanidade.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Facções

Segundo o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o governo Lula não pretende equiparar facções criminosas a organizações terroristas. Considerando a ideologia desse governo, onde o próprio presidente da República afirma que os traficantes é que são vítimas de suas vítimas (usuários), nenhuma surpresa há nessa afirmação. Todavia, o Congresso Nacional pode fazê-lo por meio de uma proposta de emenda constitucional (PEC), com promulgação pelo Poder Legislativo.

» **Milton Cordova Junior**
Vicente Pires

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D4

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br